

Teoria e movimento – do movimento estudantil ao feminismo camponês e popular: encontros com Saffioti

Michela Calaça*

Resumo:

Esse artigo parte da lógica que a história de vida não é algo isolado das relações sociais, para discutir a pertinência da construção teórica de Saffioti, tanto no sentido de contribuir para a análise da realidade como para apontar caminhos organizativos. Seu objetivo é discutir a relação entre teoria e ação política como parte da arte de tecer a realidade social. A partir da técnica conhecida como história de vida, buscou-se apresentar como as obras dessa autora contribuem para a compreensão da realidade ligada à vida da militante. Em um segundo momento, buscamos apresentar debates que temos vivenciado em vários espaços de atuação, que são sobre como se dão as relações sociais entre classe/gênero/raça/etnia, em especial na nossa realidade brasileira. Para isso o resgate do nó de Saffioti nos parece fundamental. E, por último, a título de provocar a reflexão, buscou-se debater a relação teoria e ação política para transformação da realidade.

Palavras-chave: relação teoria e ação política; militância feminista; história de vida; estudos feministas.

Theory and Movement – From the Student Movement to Popular and Peasant Feminism: Encounters with Saffioti

Abstract:

This article takes as its point of departure the idea that life history is not something isolated from social relations in order to discuss the pertinence of Saffioti's theoretical construction, both in the sense of contributing to the analysis of reality and to suggest organizational paths. Its objective is to discuss the relationships between political theory and action as an interweaving of social reality. Using the method known as life history, we try to show how the works of this author contribute to our understanding of the reality of the activist's life. In addition, we present the debates we have witnessed in various spaces of action, which are about the social relations between class/gender/race/ethnicity, particularly in our Brazilian

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS/UFCCG), Campina Grande-PB, Brasil. Militante do Movimento de Mulheres Camponesas, Mossoró-RN, Brasil. End. eletrônico: michela.calaca@gmail.com
<http://orcid.org/0000-0003-3694-4129>

reality. For that purpose, the revival of the core of Saffioti seems fundamental. Finally, in order to provoke reflection, we debate the relationship between political theory and action for transforming reality.

Keywords: relationship between political theory and action; feminist activism; life history; feminist studies.

Esse artigo surgiu de um convite das organizadoras deste dossiê para escrever um relato sobre como Saffioti se relaciona com a minha trajetória de vida. Pensei, a princípio, não fazer muito sentido, visto que minha vida não tem grande relevância histórica, não apenas pelo seu diminuto tamanho do tempo de militância (parte que considero mais relevante¹), mas também por não ter protagonizado ações importantes para o nosso tempo. Logo pensei: será que terei o que dizer?

Contudo, para mim, algo era evidente, rever minha trajetória política e teórica, tendo como mediador a produção de Saffioti –o que é muito instigante – poderia me fazer aprender mais sobre Saffioti e sobre minha própria vida e, assim, melhorar minha ação política, afinal, lembro-me sempre que a leitura de seus trabalhos me ajudou a refletir sobre as questões que a militância política nos coloca todos os dias. Espero também poder contribuir com a análise crítica sobre a realidade vivenciada pelas mulheres cotidianamente, como também apresentar como a teoria pode e deve contribuir com a vida de cada um de nós.

Saffioti ainda contribuiria com a possibilidade de me colocar em um debate sobre o qual tenho pensado bastante, mas não tenho conseguido escrever, que é: qual a relação entre as relações sociais estruturantes da sociedade que vivemos, ou seja, como se dá a relação de classe, gênero, raça/etnia? e qual sua importância para as transformações sociais? E é nesse sentido que penso que esse trabalho pode contribuir a fortalecer a premissa de que “*sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário*” (Lenin, 2015, p. 71), tese esta que não por acaso foi título do quarto capítulo de Gênero, patriarcado e violência (Saffioti, 2004), buscando, assim, a relação indispensável entre o analisar a sociedade e transformá-la.

Análise concreta de situações concretas

No que diz respeito a minha trajetória, fiz agronomia, curso conhecido como um curso masculino. As mulheres eram menos de 20% da turma. Entrei em 1998, fiquei grávida no segundo ano e tranquei o curso por quatro anos consecutivos.

¹ É importante destacar que a opção de focar a reflexão a partir do recorte da minha vida adulta dialoga com a necessidade de debater a relação entre teoria e ação política. Mas é também importante destacar que nós, mulheres, temos inúmeras questões a pensar a partir da teoria, rumo à ação política feminista, desde o nascimento. São questões ligadas à forma que somos socializadas, como a educação formal e informal é organizada a partir do sexo de quem é educando; como também as relações abusivas que as mulheres passam no decorrer de sua vida, desde a infância e adolescência apenas pelo fato de ser mulher.

Essa situação só foi percebida por mim como não natural, anos depois, quando começando a conhecer o feminismo, em 2004/2005, fui orientada a ler: *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, tese defendida por Saffioti, em 1967², para obtenção da livre docência cuja primeira publicação data de 1969, mas que era tão atual que parecia abrir meus olhos para uma realidade que nunca havia percebido.

Pensando nas mulheres trabalhadoras que engravidam e perdem seu direito ao trabalho, Saffioti escreveu, referindo-se à gravidez e ao aleitamento: “*Estes fatores biológicos são, muitas vezes, utilizados para justificar a inatividade profissional da mulher durante toda a sua existência.*” (Saffioti, 2013 p. 85). Mas a reprodução como uma necessidade social também deveria ser uma responsabilidade da sociedade. Dessa forma, “*naturalmente*” organizando o trabalho e a vida em sociedade para que mulheres (as que querem) possam ter esse momento e possam manter suas atividades laborais, mas também outras atividades como lazer, cultural, descanso, sem que esses momentos (gestação e aleitamento) sejam um peso apenas carregado por mulheres. Nas palavras de Saffioti (2013, p. 86), “*os problemas de ordem natural são, por assim dizer, tornados sociais pela civilização, é neste nível que suas soluções devem ser encontradas. A maternidade não pode, pois, ser encarada como uma carga exclusiva das mulheres*”. No meu caso específico, faltava a assistência estudantil; faltava a educação sexual para escolher.

Volto para a agronomia, na mesma universidade, e, parecia-me outro lugar e uma outra pessoa (a universidade e eu). O ano era 2004, começo a militar na Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil – FEAB que, naquele momento, atuava de forma ativa na construção de La Via Campesina Brasil, novamente um espaço majoritariamente masculino. Não posso caracterizá-lo como um lugar menos difícil, mas, ali, as mulheres da FEAB começavam a construir seu protagonismo na federação.

O espaço de *La Via Campesina* me permitiu conhecer a realidade agrária do nosso país, esse foi mais um processo de mudança e leva-me a voltar toda a nossa formação para analisar a realidade agrária brasileira, mas buscando descobrir como as mulheres fizeram parte desse processo. Foi nesse período que realmente li Saffioti, em uma edição publicada pela editora *Quatro Artes*, em 1969. A leitura não se deu uma única vez, tampouco duas, mas várias vezes! Foi como se pela primeira vez pudesse ter acesso a estudar história. Obviamente não foi a primeira, mas com certeza o primeiro momento em que as mulheres faziam parte dela.

² Penso que essa publicação no Brasil e a bibliografia utilizada pela autora (Simone Beauvoir, Engels, Florestan Fernandes, dentre outros), junto com autoras estrangeiras como, por exemplo, Alexandra Kollontai, Clara Zetkin, contribui para desmistificar o discurso de que apenas após o maio de 1968 a esquerda passou a pensar as questões de gênero e raça.

A segunda parte desse mesmo livro (Saffioti, 2013), discutia aspectos da formação social brasileira e lá estavam as mulheres. Essa contribuição vai muito além de compreender a realidade das mulheres, pois para que isso aconteça é preciso que conheçamos a realidade que a mulher está inserida. Saffioti, com o intuito de apresentar qual a posição das mulheres no desenvolvimento da sociedade brasileira (2013, p. 230-395), escreveu sobre o caráter dependente e subordinado da burguesia brasileira (2013, p. 205), o papel da força de trabalho escravizada no desenvolvimento do país (2013, p. 205-217), apresentando o processo de industrialização, refletindo a partir das categorias marxianas sobre como esse processo se desenvolveu.

Muitas das reflexões feitas por Saffioti nessa segunda parte, em especial sobre o processo de fim da escravidão, já foram superadas na atualidade por meio de novos estudos da história do povo negro no Brasil. Mesmo assim, é importante destacar a enorme contribuição que a autora nos traz quando coloca em sua análise sobre nossa formação sócio histórica a condição da mulher, coisa que nenhum dos considerados grandes autores brasileiros haviam feito antes.

Esse arcabouço é muito importante para feministas que estudam a questão agrária, e nessa busca por aprofundar o conhecimento do tema fui levada a ler mais dois artigos de Ferrante e Saffioti (1983 e 1986/87), além do livro de sua orientanda Maria Aparecida Moraes da Silva, *Errantes do fim do século* (1999), que só conheci muito recentemente. Este também pode entrar no rol de referências importantes sobre a realidade agrária brasileira. A obra de Saffioti demonstra como os estudos feministas analisam a sociedade e não apenas as mulheres³, mas diferentes de outros estudos que as ocultam, a perspectiva feminista busca dar visibilidade a esse sujeito que é um pouco mais que metade da humanidade.

Ainda sobre minha trajetória acadêmica, terminei a graduação em 2006 e fui trabalhar em um assentamento recém conquistado na Paraíba, lugar de mulheres fortes – homens também –, mulheres que lutavam para conduzir seu movimento e seus destinos. Pela primeira vez, tive salário e pude entender Saffioti (2013) ao afirmar que:

Ter um emprego significa participar da vida comum, ser capaz de construí-la, sair da natureza para fazer a cultura, sentir-se menos insegura na vida. Uma atividade ocupacional constitui, portanto, uma fonte de equilíbrio (Saffioti, 2013, p. 96).

³ Eu estudo questão agrária, agroecologia sempre a partir da construção das mulheres e costumo ouvir regularmente: “Você não estuda agroecologia, estuda mulheres”, “Seu tema são camponesas e não questão agrária”. Só posso pensar que quem ver assim, vê o mundo dividido em caixinhas e as mulheres estariam isoladas em uma delas.

Essa realidade expressa a vida de uma mulher da classe trabalhadora, que a partir desse momento, pôde concretamente escolher onde trabalhar, como e pelo que militar, ou seja, como melhor conduzir a própria vida. A propósito, o debate da autonomia econômica é estratégico na vida das mulheres, afinal, sabemos que ela não é o suficiente para que deixemos – nós mulheres – de ser afetadas pelo patriarcado, mas, para as mulheres da classe trabalhadora do campo e da cidade, a autonomia econômica representa uma das formas mais efetivas de possibilitar que as mulheres tenham como enfrentar a situação de violência e, até mesmo, buscar por uma vida de acordo com suas próprias regras.

Se referindo à pesquisa *A mulher brasileira nos espaços público e privado* (Venturi et al.; 2004), realizada pela Fundação Perseu Abramo, Saffioti (2004) apresenta o quanto as mulheres valorizam a liberdade que a autonomia econômica proporciona. A pesquisa revelou que quando perguntadas sobre “*o ser mulher hoje*” e “*como elas se sentem*”, as respostas apresentadas livremente foram: 38% ressaltam a inserção no mercado de trabalho, 12% a independência econômica, 33% a liberdade e independência, entre vários outros elementos, temas ligados a autonomia e a liberdade apresentam 83%. (Venturi et al., 2004. p. 204).

Foi a partir do acesso ao trabalho que descobri que a relação deste e o estudo seria um mediador importante para organizar minha vida, cujo objetivo é contribuir na construção de uma sociedade justa e igualitária, onde a liberdade seja, de fato, real.

Trabalhei na Articulação no Semiárido Brasileiro – ASA⁴, no Programa Uma Terra e Duas Águas – P1+2, que tinha como público beneficiário majoritariamente mulheres camponesas. Quis estudar se esse programa contribuía ou não para a autonomia destas. Busquei fazer isso no mestrado em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Passei, estudei, fui a campo entrevistar e conhecer a realidade das camponesas beneficiárias do P1+2 na Paraíba. Tempos depois, voltei, estudei ainda mais e novamente, naquele momento, entre inúmeros outros autores e autoras, Saffioti me ajudaria a analisar muitas questões.

⁴ A ASA é uma rede composta por mais de três mil organizações. Está presente em todos os estados do nordeste e em Minas Gerais, atuando na área que compreende o semiárido brasileiro. Suas organizações são compostas por Organizações Não Governamentais (ONGs), sindicatos rurais, associação de agricultores e agricultoras, movimentos sociais populares, pastorais sociais. A ASA surge oficialmente em 1999, quando foi lançada a Declaração do Semiárido Brasileiro e apresentadas propostas para a Convivência com o semiárido e o combate à desertificação. A este respeito, consultar Silva (2006). Deste processo, nasceu o Programa de Formação e Mobilização para Convivência com o Semiárido, fruto do Programa Um milhão de Cisternas, que propôs construir reservatórios para armazenar 16 mil litros de água para consumo humano e que, posteriormente, durante a implementação do Fome Zero, avançou com a proposta de outro programa de armazenamento de água, o P1+2, para a produção de alimentos. Sobre esses programas, ver Santos (2012).

Com o objetivo definido – como a agroecologia (via P1+2) contribuía para autonomia das mulheres – não queria debater sobre a violência, não tinha (nem tenho) estrutura psicoemocional para estudar o tema, mas parece que analisar sobre a realidade das mulheres pressupõe pensar sobre o assunto, como podemos ver em Santos (2012, p. 77): “Das 37 entrevistadas, 18 relataram algum tipo de violência sofrida pelos pais ou maridos. Houve relatos de maridos que não querem que elas saiam de casa, que cometiam violência física e também verbal.”

Compreender a forma como o patriarcado se expressa na vida social é uma importante contribuição de Saffioti, em especial do livro *Gênero, patriarcado e violência* (2004). São as diversas formas de violência expressas nas vidas das mulheres que nos fará perceber que talvez outros relatos, que na nossa pesquisa não contamos como casos de violência pudessem ter sido incluídos. Outra importante contribuição dessa obra é perceber que a violência perpetrada contra as mulheres vai além de um desvio moral individual. Funciona dentro de um sistema de exploração e dominação que se expressa na construção do consenso e da coerção⁵.

Quando entrei no mestrado, já fazia parte do movimento que conseguiu sintetizar em sua ação todas as lutas que penso serem prioritárias na minha vida. Afinal, são muitos os campos de batalhas que a classe trabalhadora tem para enfrentar o desastre que o sistema capitalista impõe à vida humana. A militância no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) conseguiu unir as lutas por um modelo de desenvolvimento baseado nos princípios da agroecologia, pela autonomia das mulheres, por uma reforma agrária popular, pela produção de alimentos saudáveis e por uma vida sem violência. Em síntese, por uma sociedade não capitalista, não patriarcal, antirracista e ambientalmente sustentável, que nós entendemos que será a sociedade socialista.

Dentro do MMC tive muitas tarefas: organizar grupos de mulheres de base, fazer formação, acompanhar organizações, até mesmo compor um Governo, o da Dilma Rousseff. E, nos últimos tempos, junto com outras companheiras, contribuir na sistematização do que é a nossa experiência com o feminismo, que denominamos como Feminismo Camponês e Popular. Nesse processo, a volta às leituras de Saffioti nos ajudaram na medida em que buscávamos compreender a vida e a luta das mulheres camponesas. Seu conceito de *nó* aqui fez toda a diferença. Essa compreensão não se deu a partir de uma experiência isolada, mas de toda a categoria. Nossa ideia também não foi somar experiências, mas buscar as sínteses entre as experiências das mulheres camponesas organizadas no MMC.

⁵ Às vezes penso que, talvez, mais que no capitalismo, é na forma de ser do sistema patriarcal e racista que melhor de expressaria o entendimento de hegemonia como pensado por Gramsci (Gruppi, 1978).

Essas mulheres, individualmente, enfrentam de forma diferenciada os resultados do mesmo problema enquanto uma categoria de mulheres camponesas. Vivenciam no seu cotidiano o preconceito por ser rural, o ataque à sua produção (pelos maridos, pelos técnicos e pelo agronegócio), a falta de comida adequada, a violência machista, a falta de água, as vivências dos alagamentos, os ataques aos seus territórios por mineradoras, por hidroelétricas, por madeireiros etc. Ademais, quando olhados isoladamente, os problemas podem ser entendidos, de maneira muito simplista, como advindos de uma empresa, de uma pessoa específica, da natureza ou atribuídos a Deus. Contudo, esses problemas estão diretamente ligados à forma como o capitalismo chega no campo, nas florestas e nas águas; como o racismo se manifesta na desumanização do outro e da outra; como o patriarcado continua vivo e atuante na vida das mulheres. É nesse sentido que entendemos o nó de Saffioti como um elemento essencial para a compreensão da realidade, que é afetada por inúmeros fatores, mas que são estruturados na relação dialética entre os sistemas patriarcal, capitalista e racista.

Sobre o Feminismo Camponês e Popular, construído pelas camponesas, não se trata de um novo feminismo, nem de uma vertente do feminismo, tampouco é uma corrente, mas sim a sistematização das experiências de luta feminista das camponesas na América Latina, por autonomia, por liberdade, por viver sem violência, por agroecologia, pelo reconhecimento e valorização do seu trabalho produtivo e reprodutivo, pela construção de vida digna para todas as pessoas, ou seja, pelo fim desses sistemas que se enlaçam para explorar e dominar (MMC, 2018). Em resumo, pode-se afirmar que o Feminismo Camponês e Popular representa a necessidade das camponesas de dizer como é o feminismo que nós temos construído, fazendo uma demarcação de uma identidade de classe, raça/etnia das mulheres camponesas.

Esse processo de discussão, estudo e sistematização sobre o Feminismo Camponês e Popular nos levou, a mim e a outras companheitas, no interior do MMC, a conhecer palavras como *interseccionalidade* e *consustancialidade*, que nunca havíamos ouvido falar, mas que já buscavam explicar a interdependência entre os sistemas capitalista, patriarcal e racista.

Lemos em Angela Davis (2016), livro publicado a primeira vez em 1981, o uso da palavra interseccionalidade. Coube à filósofa Djamilia Ribeiro prefaciá-la edição brasileira, oportunidade em que apresentou um trecho de um texto mais atual de Davis (2011), que usa o termo para demonstrar que a classe não é um sujeito abstrato, mas tem raça e sexo, como Saffioti demonstrou para a realidade brasileira na defesa de sua tese em 1967. Trago essa referência para discutir que antes mesmo do uso de um termo que recupera noções matemáticas para pensar a realidade, Davis conseguiu apresentar como essa inter-relação se constrói concretamente. Ao ler Davis, consigo visualizar perfeitamente a ideia

de um nó, mas não entendo nó como sinônimo de interseccionalidade nem de consubstancialidade.

O termo interseccionalidade, proposto por Kimberlé Williams Crenshaw no início da década de 1990, carrega um forte sentido matemático, como se a questão pudesse ser analisada como uma soma de discriminações, não compreendendo o racismo e o patriarcado como sistemas. Na minha avaliação, essa forma de tratar a relação entre raça, gênero e classe guarda inúmeros limites por tratar como apenas uma questão de somatórios de opressões, levando a busca de quem é o sujeito que “sofre mais”⁶. Saffioti (2004) ajuda também nessa discussão ao argumentar que:

Não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta desta fusão. (...). Não se trata de variáveis quantitativas, mensuráveis, mas sim de determinações, de qualidades, que tornam a situação destas mulheres muito mais complexa (Saffioti, 2004 p. 115).

O surgimento do termo para pensar uma causa jurídica fornece uma significativa importância, pois se coloca como oportunidade de melhor apresentar as pessoas em sua diversidade, ou seja, especificar a formação de uma questão individual ou de um grupo específico. Todavia, para analisar o funcionamento do racismo, do patriarcado e do capitalismo na sociedade apresenta muitos limites.

Foi nos diversos debates sobre agroecologia, feminismo, atualidade da luta de classes, dentre outros temas, que tanto nos espaços de movimentos sociais populares, bem como nos acadêmicos, que o uso do termo *interseccionalidade* passou a ser meu objeto de preocupação. Muitas vezes o termo vem acompanhado da frase: “*é preciso entender que classe não dá mais conta*”. Porém, o não entendimento de classe como uma relação social fundamental que, junto com raça/etnia e gênero, conforma a estrutura de exploração e dominação do atual modelo de sociedade, impõe um sério limite para o uso desse conceito, em especial por marxistas⁷. A interseccionalidade tem como relações fundamentais gênero e raça, geralmente secundarizando classe e atribuindo a inúmeras outras condições⁸ ou identidades, como propõe Crenshaw (2002; 1991).

⁶ A este respeito Helena Hirata (2014, p. 62) destaca que com “a categoria da interseccionalidade, Crenshaw (1994) focaliza sobretudo as intersecções da raça e do gênero, *abordando parcial ou periféricamente classe ou sexualidade*” (grifos nossos).

⁷ Akotirene (2019, p. 345) escreve textualmente que: “De nada adianta intelectuais defenderem a descolonização do feminismo sem legitimar negrura perspectivista em nível psíquico, cognitivo e espiritual das epistemes. Sem afastar modelos ocidentais do tipo materialismo histórico...”

⁸ Como, por exemplo, ser do Norte ou do Sul, da periferia ou do centro; ter algumas deficiências física ou mental; ser imigrante. Ou seja, qualquer situação que possibilite a ampliação da exploração, dominação ou opressão seriam elementos dessa intersecção. Isto não significa que esses temas não sejam importantes, eles são, mas a sociedade atual não é estruturada por eles.

Mas qual o problema presente nessas duas situações? Em relação às dificuldades com a questão de classe, o problema real é que precisamos demonstrar quem compõe essa classe trabalhadora, pois ela existe na realidade concreta. E nessa realidade brasileira e latino-americana, ela é majoritariamente negra e mulher. Logo, não se trata de uma classe social abstrata que não parte da análise do real. É compreender que a classe trabalhadora tem sexo (Souza-Lobo, 2011) e raça/etnia (Davis, 2016, 2011; Saffioti, 2013). Todavia, talvez a dúvida para alguns resida antes disso e consista na pergunta: *existe classe trabalhadora?* Buscando responder a essa questão, Marcelo Badaró Mattos publicou recentemente em 2019, uma obra didática em que discute a pertinência da categoria classe hoje. Por meio da análise de dados de vários órgãos públicos nacionais e internacionais, o autor demonstra como se encontra a classe trabalhadora hoje e rebate autores que propagam a inexistência desta.

A consideração de Mattos sobre o fim da classe trabalhadora é pertinente para o debate que quero fazer aqui. Segundo o autor, para “chegar a esse tipo de avaliação, quase sempre, [...] tomam como regra na definição da classe aquilo que foi a exceção: as ‘relações de emprego padrão’ vigentes para uma minoria de países e de trabalhadores (homens) nos ‘anos gloriosos’ do pós-guerra” (Mattos, 2019. p.91). Assim, não é o termo classe trabalhadora que precisa ser superado. Torna-se necessário compreender quem compõe essa classe e que suas condições são diversas.

Outra preocupação é com o termo interseccionalidade, pois a ele pode se somar todos os problemas sociais, como se não houvesse diferença entre os pesos sociais dentre eles. Se compreendemos que existem três sistemas que regulam as relações sociais – que são o capitalismo, o racismo e o patriarcado – e que juntos atuam e conformam diversas discriminações e opressões no intuito de manter esses sistemas funcionando e de ampliar os lucros, talvez possamos buscar o que nos une, quais elementos temos em comum. A partir do entendimento desses três sistemas, podemos analisar todas as outras condições e ampliar as nossas possibilidades.

Ao argumentar isso, não pretendo dizer que outras questões além de raça/etnia, classe e gênero não sejam importantes. O que pretendo é problematizar como outras dominações e opressões são frutos dessa tríade ou guardam alguma relação com elas. Nesse sentido, discriminar os nordestinos e considerá-los inferiores, não é apenas uma questão geográfica, tem origem na nossa formação sócio histórica, na divisão nacional do trabalho, como também divisão do investimento público e na existência de um racismo estrutural que permite que possamos entender que existem pessoas que valem mais que outras. Logo, essa discriminação não se resume a uma questão de geografia. Se parto do entendimento de que as

questões de classe, gênero e raça/etnia permeiam todas as áreas da vida social, é possível estudar qualquer outro objeto, que mesmo assim conseguirei ver como essas relações contribuem para compreender a totalidade que cerca o fenômeno investigado.

Ademais, é importante destacar que a forma como Davis (2016) trabalha a interseccionalidade se aproxima muito mais da maneira pensada por Saffioti (1999), pois o nó é uma noção diretriz. Em Davis (2017 e 2018), a interseccionalidade se apresenta como uma afirmação importante do feminismo negro, mas sempre articulando raça, gênero e classe, diferentemente de outras autoras que reivindicam o termo.

O segundo conceito que também tomou conta de outro espectro do campo feminista é o de *consustancialidade* (Kergoat, 2010; Cisne, 2013). Esse, mais próximo, afinal, parte de uma análise materialista da realidade, como também demonstra que essas três categorias de análise sustentam a dominação e a exploração, que muitas outras condições do ser social podem ser envolvidas nas análises, mas essas três são as determinantes da estruturação da vida social. Nas palavras de Xavier Dunezat (2004) são relações sociais fundamentais.

Contudo, essa perspectiva que entende as relações sociais de classe, gênero e raça/etnia como consustanciais também não consegue contemplar a nossa interpretação da realidade. E talvez seja por minha visão um tanto limitada, mas explicarei onde se situam tais preocupações.

A crítica e a preocupação em relação a esse termo partem de duas questões fundamentais. Ao sumir com a ideia de patriarcado, como na construção de Kergoat, parece-me que a noção de sistema desaparece junto, o que seria um problema para pensarmos os mecanismos de superação dessa realidade e mesmo a compreensão de sua atuação concreta em nossas vidas. A segunda questão é que o conceito de consustancialidade traz consigo a ideia de relações sociais de sexo, que culmina na proposição do conceito de classe de sexo e classe de raça, o que mesmo que à revelia da intenção das autoras, parece trazer de volta a ideia de uma guerra dos sexos, tentando *transportar* à análise das classes sociais as outras duas formas de exploração/dominação estruturais da sociedade em que vivemos, raça/etnia e gêneros (ou sexo como as autoras preferem usar).

É preciso reconhecer o caráter histórico dessas três categorias, tanto a divisão da sociedade em classes, as desigualdades de gênero e o racismo são construções históricas para atender a interesses particulares. São pensados como universais, mas há diferença entre eles. No que se refere à diversidade humana, as diferenças entre as pessoas – diferenças de gênero, de raça/etnia – são a essência da nossa liberdade. O que cabe, nesse caso, é acabar com a exploração/dominação de gênero e raça/etnia. Ou seja, acabar com o racismo e o patriarcado, e não com

a existência do diferente. Já na luta de classes, precisamos acabar com a desigualdade, precisamos eliminar a existência de uma classe que só tem a força de trabalho para vender e outra que lucra com a exploração desta, pois a existência das classes sociais causa exploração, dominação e opressão.

Isto não significa que haja uma hierarquização entre classe, gênero e raça/etnia. Também não se trata de separar essas lutas, mas de reconhecer o papel que o capitalismo teve no surgimento atual do racismo⁹ e do patriarcado e, logo, construir o fim do capitalismo a partir da classe, vivenciada de forma racializada e sexualizada. Assim, o fim do racismo e do patriarcado é condição *sine qua non* para o fim do capitalismo.

Diante disso, parece-me equivocado buscar equivalência (ou transposição) direta entre essas lutas, o que é preciso compreender e enfrentar é que mesmo não sendo lutas que carregam as mesmas características, elas partem da mesma determinação: a exploração do trabalho. Mas não é possível acabar com essa exploração sem a luta feminista e antirracista. Isso não cria uma hierarquia entre elas e não torna uma ou outra menos decisiva para a transformação da sociedade, pelo contrário, pois a exploração capitalista está sustentada em uma exploração de classe que se realiza a partir da superexploração das mulheres e pessoas não brancas.

Nesse sentido, resgatar a importância e pertinência da noção de nó em Saffioti, parece ajudar a compreender melhor essa realidade. Esse resgate traz uma boa síntese sobre a relação entre classe, gênero e raça quando propõe o nó. Desde sua tese de livre-docência, de 1967, (Saffioti, 2013) e em outro texto (Saffioti, 1987), a autora apresenta a relação patriarcado-racismo-capitalismo. Em suas palavras:

É impossível isolar a responsabilidade de cada um dos sistemas de dominação/exploração fundidos no patriarcado-racismo-capitalismo pelas discriminações diariamente praticadas contra as mulheres (Saffioti, 1987, p. 62).

A forma como Saffioti propõe o nó, se fosse posterior à noção de interseccionalidade e de consubstancialidade, se poderia dizer que é uma superação dialética, pois ela consegue, sem eliminar a lógica interna de cada sistema, demonstrar a forma articulada como eles se expressam na sociedade brasileira. O nó demonstra que independentemente de qual seja o seu objeto de estudo, as condições de classe, raça/etnia e gênero se apresentarão como uma totalidade.

Essa é a síntese que busco ao analisar a realidade das camponesas que compõem o MMC para construir o nosso conteúdo teórico/político do Femi-

⁹ Duas referências importantes para esse debate são Callinicos (2000) e (Góes, 2018).

nismo Camponês e Popular, que tem se construído como uma luta feminista antirracista, baseada na proposta camponesa para o rural, a partir da construção da agroecologia, ou seja, esta é a contribuição para uma sociedade de igualdade e liberdade, sem exploradores e explorados.

Sobre a relação teoria e ação política

Busquei até aqui cumprir a tarefa que me foi dada de, a partir da minha trajetória de vida, ir dialogando com a produção de Saffioti. Esse recordar me trouxe para um debate que também entendo como importante. E antes de finalizar o artigo, gostaria de acrescentar mais uma provocação. Procurei apresentar minha trajetória em relação ao pensamento de Saffioti de forma a pontuar como sua obra foi importante para que eu conseguisse, no âmbito pessoal, compreender o que acontecia comigo e com a sociedade, de forma que contribuísse na militância política. Nesse sentido, além de ajudar a compreender melhor as lutas coletivas, também foi base para medirmos as análises que fazíamos coletivamente.

A última provocação é sobre a tão falada *Práxis*. Uma característica que tenho como horizonte na minha vida e que aprendi com os exemplos de Marx, Lênin, Rosa Luxemburgo, Clara Zetkin, Mariategui, Angela Davis, dentre outras e outros. Trata-se de buscar pôr em prática a décima-primeira tese de Marx sobre Feuerbach: “*Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo*” (Marx; Engels, 2007, p. 539). Para transformá-lo, é imprescindível uma boa interpretação da realidade. O horizonte é esse. É fundamental trazer esse debate para que possamos pensar sobre mais uma polêmica que se coloca na luta feminista atualmente: o papel das “teóricas do feminismo” ou talvez até mesmo o papel da teoria.

Conhecendo pouco a vida de Heleieth Saffioti, recorro às entrevistas feitas por Fernanda Pompeu (2017), que enfatiza o importante papel de Saffioti como intelectual que contribuiu com brilhantes análises sobre a vida das mulheres. Na entrevista realizada por Juliana Mendes e Simone Becker (2011), Saffioti não menciona em momento algum participar de uma militância organizada feminista ou de qualquer outra. A socióloga expõe que nunca se organizou em nenhum movimento ou partido em busca de manter sua autonomia. Cabe destacar que movimento e partido não são as únicas formas de colocar a relação teoria e ação política em andamento, por mais que na minha avaliação continuem sendo as formas mais apropriadas para isso. Sabe-se que Saffioti sempre contribuiu com várias organizações feministas e organização populares com formação sobre os temas referente à vida das mulheres.

Na curta biografia de Saffioti, Pompeu (2017) propõe um nome que nos parece bastante interessante para pensar o papel daquelas que, em especial no

surgimento do feminismo, fez da sua elaboração teórica a luta por melhorar a vida das mulheres. Trata-se do que Pompeu chamou de “*Caneta militante*” de Saffioti.

Mas volto ao que me levou a terminar esse artigo com esse debate. É preciso que a relação entre teoria e prática seja encarada como uma relação complementar. Pensar a ação política como superior à análise teórica da realidade, manifesta-se como um desvio político com inúmeros rebatimentos da realidade, sem analisar a prática, sem construir o diagnóstico da realidade para poder agir, a nossa capacidade de errar se amplia muito. O negacionismo da teoria não pode ser uma prática daqueles que busca o marxismo com orientação da sua ação política, pois o marxismo surge em superação ao socialismo utópico e se colocou como a ciência do proletariado.

O extremo oposto também se coloca como problemático, quando se constrói a teoria isolada dentro dos muros da universidade ou mesmo nos altos postos partidários e não se busca analisar seu comportamento quando se encontra com a realidade concreta, a capacidade de nesse movimento de ida e vinda, de construir o novo muito maior. Óbvio que é preciso pensar isso como uma dimensão coletiva, não apenas como uma postura pessoal, pois nem sempre o confronto da teoria com a realidade precisa se dar a partir da ação direta de uma mesma pessoa.

Em tempos tão difíceis em que o conservadorismo avança e as políticas ultraneoliberais retiram direitos duramente conquistados, é preciso se vestir das armas da crítica, para poder pensar ações que contribuam para melhorar a vida do povo que – nunca é demais lembrar – é negro, é mulher, é indígena, é camponesa, é quilombola, é da periferia, é dos setores médios, é muito mais.

Referências

- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2019. Arquivo Kindle
- CALLINICOS, Alex. Capitalismo e Racismo. *Site Luta Global*. 2000. Disponível em: http://www.iesc.ufrj.br/cursos/saudepopnegra/ALEX%20CALLINICOS_Capitalismo%20e%20Racismo.pdf Acesso em 01 Set. 2019.
- CISNE, Mirla. *Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil*. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, vol 10, n. 1, p.171-188, 2002.

- _____. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. *Stanford Law Review*, vol. 43, n.6, p. 1241-1299, 1991.
- DAVIS, Angela. *A liberdade é uma luta constante*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- _____. *Mulheres, cultura e política*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- _____. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- _____. *As mulheres negras na construção de uma nova utopia*. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/> Acesso em 30 Set. 2019.
- Dunezat, Xavier. *Chômage et action collective. Luttés dans la lutte: mouvements de chômeurs et chômeuses de 1997 1998 en Bretagne et rapports sociaux de sexe*. Tese (Doutorado em Sociologia) Université de Versailles-Saint-Quentin-En-Yvelines, 2004.
- FERRANTE, Vera Lucia Botta; SAFFIOTI, Heleieth. A mulher e as contradições do capitalismo agrário. *Perspectivas*, São Paulo n. 6: p. 67-75, 1983.
- _____. Da casa para a “rua”: a caminhada das Mulheres bóias-frias. *Perspectivas*, São Paulo, n. 9/10, p. 93-118. 1986/87
- GÓES, Weber Lopes. *Racismo e eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato Kehl*. São Paulo: LiberArs, 2018.
- GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, vol. 26, n. 1, p. 61-73, 2014..
- KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 86, p. 93-103, 2010.
- LENIN, Vladimir. *O que fazer?* Problemas candentes do nosso movimento. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007
- MENDES, Juliana; BECKER, Simone. Entrevista com Heleieth Saffioti. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 19, n. 1, p. 141-165, 2011.
- MMC BRASIL. *Feminismo Camponês e Popular*. Passo Fundo: Associação Nacional de Mulheres Camponesas, 2018
- MATTOS, Marcelo Badaró. *A classe trabalhadora de Marx ao nosso tempo*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- POMPEU, Fernanda. Heleieth Saffioti. In: CHARF, Clara (coord.). *Brasileiras guerreiras da paz*. São Paulo: Contexto, 2017. Arquivo Kindle;

- SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito ou realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- _____. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004
- _____. Prefácio: In: SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Errantes do fim do século*. São Paulo: UNESP, 1999.
- _____. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.
- _____. *A mulher na sociedade de classes: mito ou realidade*. São Paulo: Quatro Artes. 1969.
- SANTOS, Michela K C A. *Rompendo a cerca do isolamento: as relações entre a Agroecologia e as questões de gênero*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.
- SILVA, Roberto Marinho Alves da. *Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, 2006
- SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo. Perseu Abramo. 2011.
- VENTURI, Gustavo et al. (orgs.). *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.